



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/07/2016 - 15h27 - Sinttel-ES

Telemont não paga os pisos nem a multa e suspende decisão no TRT

Em mais um capítulo da batalha judicial que o Sinttel-ES trava com a Telemont/Oi, no sentido que a empresa adote a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) das Prestadoras de Serviço em Telecom, não foi desta vez que os trabalhadores receberiam o salário de junho com os valores dos pisos salariais definidos nessa CCT. A empresa conseguiu suspender a decisão que havia sido dada no dia 23 de maio de 2016, pelo juízo da 8ª Vara do Trabalho de Vitória, e que a obrigava a pagar os valores atualizados. O prazo era dia 7 de julho – quinto dia útil para pagamento da folha de salários.

No dia 04, segunda-feira, a empresa requereu que a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedesse uma " liminar da tutela de urgência", com " efeito suspensivo ao recurso ordinário" (que ela impetrou no dia 1º de junho e que não fora apreciado) e, conseqüentemente, ao cumprimento

A empresa alegou que:

Ainda que o Tribunal não reforme a sentença, a Ação de Cumprimento envolve debate jurídico complexo e situação fática que merecem análise aprofundada por esta Corte (TRT), justificando a concessão do efeito suspensivo para afastar o cumprimento da obrigação imposta antes do trânsito em julgado do processo (antes de chegar à decisão final, que pode ser o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília). Argumenta haver perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo pela concessão de tutela satisfativa e irreversível, com imposição à Telemont/Oi de observância de CCT no âmbito de todo o Estado do Espírito Santo, sob pena de, não o fazendo, sujeição à multa de R\$ 100.000,00 por mês. Sustenta que a determinação contida na sentença implicará em impacto no empreendimento empresarial, sob o ponto de vista financeiro e organizacional, gerando incremento dos riscos trabalhistas em decorrência de subversão do devido processo legal.

da ordem de imediata e ter que adotar a CCT.

Segundo a advogada do Sinttel-ES, Renata Gasparini, esse era o único caminho judicial que a empresa poderia tomar neste momento. Ou seja, de efeito imediato, alegando que poderia causar prejuízo econômico para a empresa e que se o julgamento final for o de NÃO adotar a CCT, não teria como recuperar o prejuízo.

O desembargador José Luiz Serafini aceitou esse argumento da empresa e vários outros, fáceis de serem derrubados pelo Departamento Jurídico do Sinttel.

Até a próxima semana, o Sinttel ingressará com um recurso chamado " Pedido de retratação", para se

contrapor aos argumentos da empresa e fazer valer a decisão da 8ª Vara.

O presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann informa aos/as trabalhadores/as da Telemont/Oi que essa disputa judicial é difícil mesmo e que a empresa não deixará de recorrer de todas as decisões e vitórias que o Sindicato conseguir.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Instituto Telecom

Pacote econômico transfere para as teles um patrimônio de R\$ 17 bilhões

O pacote de estímulo à economia que está sendo preparado pelo governo do presidente em exercício Michel Temer inclui mudanças regulatórias nas regras do setor de telecomunicações que podem liberar, nos cálculos da equipe econômica, até R\$ 17 bilhões em patrimônio das operadoras. Na visão do governo, esses recursos podem ser canalizados para novos investimentos.

De acordo com uma fonte da equipe econômica, o governo decidiu acelerar o processo de alteração da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que irá substituir o atual modelo de concessões no setor por um novo ambiente, o de autorizações. Com essa mudança legal, os atuais contratos de telefonia fixa que acabariam em 2025 serão reconfigurados, liberando as empresas do setor a investirem sem se preocuparem em ter de devolver ativos para o Estado na próxima década. A devolução desses ativos estava nos contratos de concessão.

Cálculos preliminares que estão nas mãos da equipe econômica apontam que os chamados "bens reversíveis", hoje nas mãos das empresas, valeriam cerca de R\$ 17 bilhões. Esse conjunto de edifícios, instalações e redes de cabos e fibras hoje estão imobilizados por serem indispensáveis à prestação dos serviços no fim das concessões. Mas, com a mudança na legislação, passariam a ser administrados de maneira idêntica aos ativos de companhias que operam sob o regime privado. Ou seja, poderiam ser vendidos ou dados como garantia na obtenção de financiamentos, alavancando imediatamente a capacidade financeira das teles.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mantém uma lista atualizada desses ativos, cujo

valor se aproxima dos R\$ 17 bilhões previstos pelo governo. Segundo uma auditoria feita pelo Tribunal das Contas da União (TCU), no entanto, esse valor seria de R\$ 105 bilhões. A Caixa Econômica Federal ficará encarregada de fazer uma avaliação de preços. A disposição do governo em acelerar o processo de mudança no marco legal pode ajudar a Oi, que no dia 20 de junho entrou com o maior pedido de recuperação judicial da história do País, no valor de R\$ 65 bilhões. A empresa, fruto da junção entre a Telemar e a Brasil Telecom, detém a maior rede sob o regime de concessão e, consequentemente, está submetida ao um maior engessamento de obrigações nesse contrato.

Dois dias após o pedido da Oi ser formalizado, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, chegou a dizer que o processo de alteração da LGT agora deveria ser "mais cauteloso". A abertura de um processo a consulta pública para que a LGT fosse alterada aconteceu ainda no ano passado, sob o patrocínio do então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, mas a proposta ficou engavetada no Congresso. As lideranças do governo Temer querem dar prioridade à proposta. Mesmo durante a crise, o setor investiu mais de R\$ 20 bilhões por ano nos três últimos anos e todas as maiores teles prometeram manter seus planos de investimentos para o triênio 2016-2018. O foco do pacote do governo são mudanças regulatórias, sem liberação de recursos novos ou que tenham impacto fiscal. Segundo fontes, uma primeira rodada de medidas deve ser encaminhada para análise de Temer na semana que vem.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Convergência Digital

Falta de sinal desgasta relação usuário/operadora na telefonia celular

Um novo estudo da CVA Solutions, realizado em maio, e que ouviu 7.011 usuários de telefone celular de todo o Brasil, sendo 4.497 com planos pré-pago e 2.514 com planos pós-pago e controle, revela que a telefonia celular continua sendo o setor mais mal avaliado entre os 45 pesquisados pela empresa, sendo que a nota piorou em relação a 2015. Caiu de 5,95 para 5,84. E se fosse mais simples e descomplicado, 81,3% dos usuários de pré-pago e 79,9% dos que têm pós-pago mudariam de prestadores de serviços.

O levantamento mostra que no pré-pago 43,7 % dos usuário não estão satisfeitos com a qualidade da rede de dados que recebe de suas operadoras. 90,9% navegam pela Internet. O consumo de dados acontece principalmente via rede Wi-Fi (44,5%), 3G (39%) e 4G (14,9%). Já no pós-pago, esse índice 36,7% dos usuários não estão satisfeitos com a qualidade da rede de dados que recebem de sua operadora, mas quase todos, 93,4%, dizem navegar pela Internet. O consumo de dados acontece principalmente via 3G (37,2%), a rede Wi-Fi (6,8%) e o 4G (já alcança 24,8%).

Apesar desse índice elevado, o estudo aponta que a satisfação dos usuários com a rede de dados móveis das operadoras aumentou e as reclamações sobre problemas diminuíram. No pré-pago, a satisfação com a rede de dados melhorou de 43,3%, em 2015, para 56,3%. E no pós-pago o aumento de satisfação foi de 46,9% para 63,3%. As reclamações sobre problemas – como ausência de sinal, atendimento, etc. - também diminuíram, sendo que cerca de 12% dizem não ter queixas sobre os serviços. Em 2015, 10% dos usuários de pré-pago e 8% dos de pós-pago não tinham queixas.

“O consumidor está muito insatisfeito com os custos, por isso mudaria de operadora. Mas com a crise, menos gente usando, menos congestionamento e com o amadurecimento dos investimentos em infraestrutura, os problemas diminuíram. Então o serviço oferecido pela rede de dados no celular melhorou. E o consumidor percebeu. No entanto, eles mudariam se fosse mais fácil, pois preços e ofertas ainda mandam”,

observa Sandro Cimatti, sócio-diretor da CVA Solutions, empresa de pesquisa de mercado e consultoria.

Os estudos da CVA Solutions têm por objetivo entender a estrutura de Valor Percebido (custo-benefício percebido pelos clientes) no mercado, a partir do ponto de vista do consumidor. Além de medir a posição competitiva das principais empresas e diagnosticar possibilidades de criação de vantagem competitiva sustentável. As operadoras citadas pelos respondentes do estudo em todo o Brasil foram Claro, Nextel, Oi, TIM e Vivo, CTBC/Algar e outras.

Pior nota entre 45 setores da economia

O setor de Telefonia Celular novamente aparece com a pior avaliação entre os consumidores, na 45ª posição, com nota 5,84 (em uma escala de 1 a 10), perdendo para Telefonia Fixa, Internet Banda Larga, TV por Assinatura e Planos de Saúde. A nota é pior do que a de 2015 (5,95). Os setores líderes, com as melhores notas nos Estudos da CVA Solutions, compreendem produtos da linha branca, micro-ondas (8,87), varejo online (8,72), refrigeradores (8,67) e lavadoras de roupa (8,62).

Força da Marca em Pré-pago

A operadora com a maior Força da Marca (a atração menos rejeição perante clientes e não clientes) em pré-pago é a Vivo, com 19,2%, número dois pontos percentuais maiores do que o registrado em 2015. A TIM vem em segundo lugar, com crescimento de 6 pontos percentuais em comparação a 2015. Claro e Oi vem em terceiro e quarto lugares.

O melhor Valor Percebido (custo-benefício percebido pelos clientes) para Telefonia Celular pré-paga é da Vivo (1,02), seguido pela TIM. Oi está em terceiro e Claro em quarto. O principal problema apontado para todas as operadoras é a ausência de sinal (para 75,3%), seguido por atendimento insatisfatório (51,4%) e dificuldade de buscar informações no site (36,4%).

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infol=42903&sid=8>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Vermelho

Medidas de Temer aprofundam golpe contra Constituição, diz Lavenère

Apesar de provisória, a gestão Michel Temer quer mudar a Carta Magna para limitar o crescimento das despesas do governo, restringindo inclusive gastos obrigatórios com saúde e educação. Para o advogado Marcelo Lavenère, as propostas de Temer aprofundam o golpe contra a Constituição, iniciado com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Segundo ele, o desmonte do pacto social de 1988, de forma a sujeitar a economia do país aos princípios do mercado, é a razão por trás do impeachment.

“As propostas do governo provisório se revestem da continuidade do golpe que foi dado contra a Constituição e a democracia. É um governo provisório e interino, que propõe mudanças profundas e definitivas na estrutura do governo, dos órgãos da administração, de modo que vejo com muita preocupação essa inversão de valores”, disse, em entrevista ao Portal Vermelho.

A “voracidade” de Temer

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e coautor do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, Lavenère comparou a postura de Temer à de Itamar Franco, vice que assumiu com o impedimento de 1992. Segundo ele, no período de interinidade, Itamar se absteve de promover mudanças de curso na administração.

“Só quando definitivamente Collor foi afastado é que ele adotou medidas mais profundas e duradouras, de modo que a voracidade com que o atual governo interino avança sobre determinadas conquistas, direitos e garantias constitucionais deixam a sociedade civil muito preocupada, incomodada e insatisfeita com esse ataque. É praticamente uma política de terra devastada”, criticou.

De acordo com o advogado, Temer aplica um

programa que tem como foco a desnacionalização da economia, com o objetivo de entregar setores importantes a empresas privadas e estrangeiras.

“Refiro-me ao petróleo, à previdência, ao SUS [Sistema Único de Saúde], à educação, às companhias aéreas, de modo que, nos vários setores da economia, estamos tendo uma desnacionalização, uma substituição dos organismos e empresas nacionais para atender à ganância e ao apetite incomensurável de empresas e organismos estrangeiros”, apontou.

Ele avaliou que, para além da economia, o Plano Temer ataca garantias constitucionais, direitos e programas sociais. “A Desvinculação das Receitas da União e a fixação de um teto para investimentos em áreas como saúde, educação e segurança, isso tudo compromete o futuro do nosso país, pela situação de extrema carência em que vão ficar esses setores”, lamentou.

Para Lavenère, por todos esses aspectos, o governo Temer “é leviano, de consequências imprevisíveis e poderá, em pouco tempo, desfazer e desconstruir um trabalho que vem desde a Constituição de 1988”.

Questionado se o motivo por trás do impeachment seria a implementação desse programa, ele disse: “[A razão do golpe] é desmontar a Constituição para tornar a economia e a administração sujeitas aos princípios do mercado. A política que o senhor Michel está implementando é ultraliberal e tem como principal objetivo a redução do Estado, terminando com a regulação dos vários setores da administração e da economia, sujeitando esses setores às regras do mercado, especificamente do mercado financeiro, rentista, que não produz riqueza – é o dinheiro gerando dinheiro”, condenou.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/283329-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/07/2016 - Rede Brasil Atual

Para economistas, ajuste fiscal de Temer cairá na conta dos programas sociais

Reunidos em seminário, professores avaliam impactos da PEC 241, que deverá rebaixar os gastos do governo de 20% do PIB para 13% no período de 20 anos, conforme pretende o governo interino

Os impactos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 para os programas sociais no país serão nefastos nos próximos anos. Se o Congresso Nacional aprovar essa proposição do governo do presidente interino, Michel Temer, os gastos de todas as esferas públicas serão a cada ano corrigidos apenas pela inflação do ano anterior, e não poderá haver mais aumentos reais de orçamento por um período de 20 anos, o que quer dizer que o governo não poderá ampliar a cobertura de programas sociais, para continuar combatendo as desigualdades.

Esses impactos estiveram no alvo dos economistas que participaram ontem (6) de seminário promovido pela Plataforma Política Social e pelo Le Monde Diplomatique Brasil. Enquanto o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, defende que a PEC do teto, como também é chamada, vai instaurar um novo regime fiscal e passar confiança aos investidores privados, o que na visão dele é fundamental para a retomada do crescimento, os economistas reunidos no seminário foram unânimes em concordar que limitar os gastos do Estado só vai trazer mais recessão, perda de arrecadação, desemprego e arrocho salarial, colocando a conta do ajuste fiscal sobre as costas dos trabalhadores e dos segmentos beneficiados por programas sociais.

Como um plano de austeridade, ao sabor do que a Europa tem tentado nos últimos anos e produzindo imensa insatisfação social, a PEC 241 vai "fazer o sistema social sucumbir à realização de superávits primários", afirmou o assessor técnico da Câmara dos Deputados, especialista em orçamentos e políticas públicas, Flávio Tonelli Vaz. "Com a PEC, o país volta ao modelo da exclusão de cobertura previdenciária. A universalidade da saúde vai cair em termos reais porque vai ter de trocar população (atendida) por

correção (pela inflação)", afirmou.

Um dos números que mostram o impacto da PEC 241 é o dos gastos do governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Esse dado, que hoje é de 20%, cai para 16% em dez anos e para 13% em vinte anos, que é o tempo de vigência pretendido pelo projeto, segundo uma projeção apresentada pelo professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Pedro Rossi. Ele identificou uma "estupidez no plano político e econômico". "Austeridade é uma palavra que sintetiza tudo de ruim no plano econômico. Na Grécia, na Europa, a luta contra a austeridade virou uma bandeira. Temos de discutir isso desde já, e ver quais as questões estão envolvidas", defendeu o professor, que vê no ataque neoliberal à economia e, politicamente, no autoritarismo do governo Temer a troca de um país solidário por um país que fomenta o individualismo.

Segundo Rossi, por definição, austeridade "é uma política de redução do Estado e dos salários". "E no Brasil está em vigência desde 2015", acrescentou. "É o remédio da direita em tempos de crise. Mas na verdade é um instrumento ideológico para um modelo de sociedade que não é compatível com a nossa Constituição. E o pior: a austeridade como remédio nunca funcionou do ponto de vista histórico. Mas persiste como instrumento há mais de um século, não obstante hoje o FMI seja cético sobre o tema que no Brasil está na ordem do dia." Ele também comentou a ideia do ajuste fiscal construída ideologicamente, como, por exemplo, com o mito de que o Brasil viveu excessos de gastos nos últimos anos, e que agora é preciso fazer sacrifícios.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/07/para-economistas-programas-sociais-vaopagar-a-conta-do-ajuste-fiscal-9516.html>